

26/11/2020

APEOESP

137

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

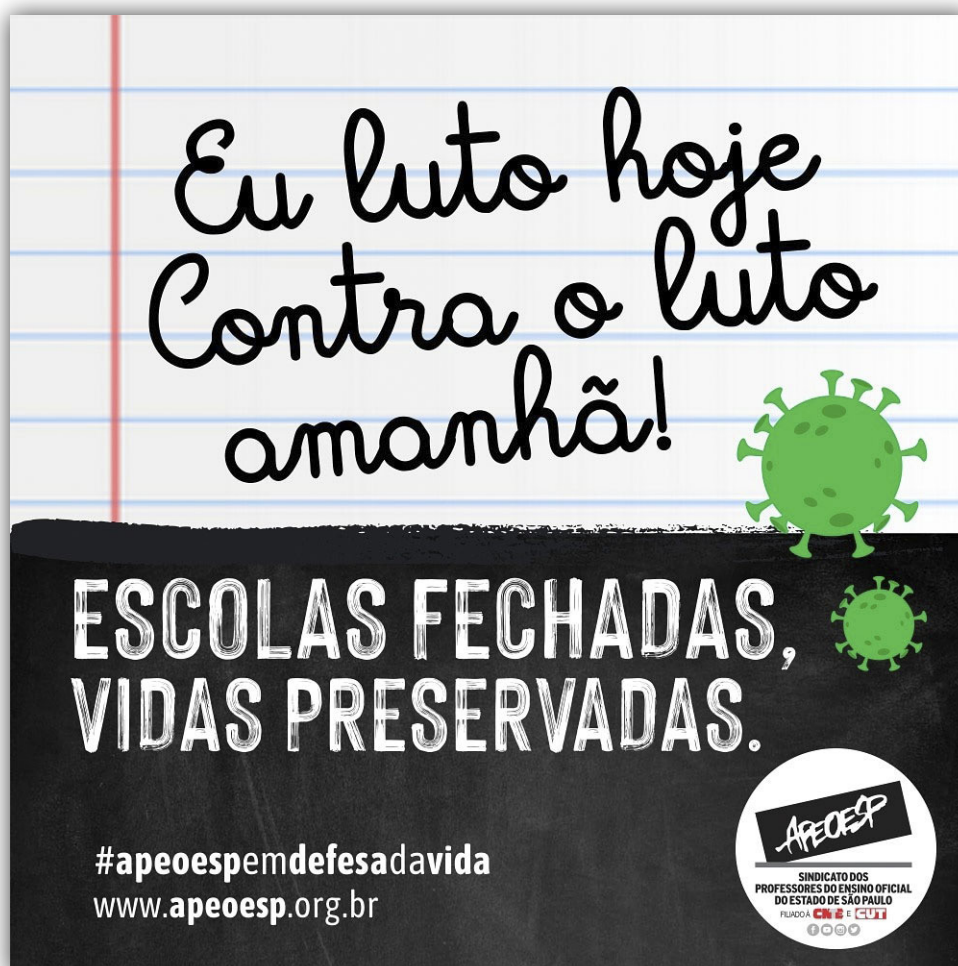
**NÃO
ACEITAREMOS**

**NENHUM
RETROCESSO!**

A Diretoria Estadual Colegiada da APEOESP, em reunião ampliada com a participação de representantes de subsedes, analisou a conjuntura política do segundo turno das eleições municipais e ponderou os temas relevantes aos profissionais da Educação. Definiu, então, os posicionamentos, ações e campanhas para o período, organizados de acordo com os seguintes eixos:

Secretaria de Comunicação

I. EM DEFESA DO DIREITO À VIDA, PELO NÃO RETORNO ÀS AULAS E PELA VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO



É evidente que o Brasil e o mundo estão diante de uma segunda onda de contágio pela Covid-19. Ela se manifesta no aumento acelerado do número de novos casos, de internações e de óbitos, e tem sido respondida de maneira equivocada pelos governos Municipal, Estadual e Federal, que insistem em não adotar a testagem em massa das populações, a localização dos casos positivos e o isolamento dos grupos de risco.

Por isso é criminosa a conduta do presidente Jair Bolsonaro que queixou sem uso quase 7 milhões de testes para Covid-19, quando a testagem em massa é fator fundamental para a prevenção e controle da epidemia.

No Brasil, o quadro é devastador. São 170.179 óbitos e 6.121.449 casos registrados. No estado de São Paulo, são 1.117.147 casos, com 39.311 mortes. Diversos hospitais estão noticiando o aumento das internações, inclusive nas UTIs. **Está claro, portanto, que a epidemia está longe de ser controlada.**

É URGENTE MANTER AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS ONLINE!

Ano letivo se recupera e o convívio, indispensável ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, será normalizado tão logo se tenha uma vacina. Vidas perdidas não voltam.

Esse é o entendimento da APEOESP, que ingressará com medidas judiciais para os casos de membros da comunidade escolar contaminados ou que venham a morrer em decorrência do retorno forçado às aulas presenciais. Apesar do fracasso da política de Rossieli, posto que menos de 7% das escolas voltou a funcionar, a medida é necessária para proteger aqueles que cederam à pressão e ao autoritarismo.

A vacinação é imprescindível e tem que ser acelerada

É imperioso que a ANVISA seja rápida na aprovação emergencial de uma vacina para a Covid-19 para a população brasileira, preferencialmente com compartilhamento de tecnologia com instituição científica nacional, como o Instituto Butantã.

II. EM DEFESA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A gestão do secretário Rossieli Soares se caracteriza pela conduta autoritária e pelo desrespeito à gestão democrática da Educação. Rossieli sequer enviou à Assembleia Legislativa o projeto

de lei que regulamenta a matéria, em desobediência aos planos Nacional e Estadual de Educação, que têm força de Lei. E, além de não dialogar com a APEOESP e as demais entidades representativas dos profissionais da Educação, despreza solenemente as instâncias participativas da comunidade escolar: os Conselhos de Escola, os grêmios estudantis e as Associações de Pais e Mestres.

Contra o fechamento do período noturno e a imposição do Programa de Ensino Integral

A gestão Rossieli está fechando turmas do período noturno e impondo a adesão de centenas de escolas ao Programa de Ensino Integral, sem submeter a questão à deliberação do Conselho de Escola, que tem papel central na definição da política pedagógica, e também à consulta dos estudantes.

Aprofundamento da exclusão e das desigualdades sociais

A medida, além de autoritária, tende a aprofundar a exclusão educacional e as desigualdades sociais.

Não é irrelevante, historicamente, o percentual de alunos do Ensino Médio que precisam trabalhar para complementar a renda familiar, em São Paulo e no Brasil. Num contexto de crise econômica persistente, esse número tende a crescer de forma exponencial.

O aluno que não completa o Ensino

CONTRA O FECHAMENTO DO NOTURNO

CONTRA A IMPLANTAÇÃO AUTORITÁRIA DE PEI (PROGRAMA DE ENSINO INTEGRAL)

EM DEFESA DOS DIREITOS DE ESTUDANTES E PROFESSORES

#apeoespemdefesadavida

www.apeoesp.org.br

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FILIADO A CNPq e CEBTEP

f
y
i
t

Médio na idade certa porque não consegue compatibilizar trabalho e estudo abandonará a escola e será, invariavelmente, o futuro estudante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecido no período noturno.

A política educacional de Rossieli, então, é a expressão de uma tragédia anunciada, ao excluir duas vezes o aluno trabalhador. Se persistir nela, irá aprofundar a crise do ensino médio e descumprirá as metas relativas a essa etapa de formação no Plano Estadual de Educação.

Campanha da APEOESP

Por isso, a APEOESP está desenvolvendo uma campanha contra o fechamento do noturno e a imposição autoritária do PEI.

Acionará mais uma vez o Ministério Público e tomará todas as medidas necessárias, nos campos jurídico e político, contra mais esse absurdo.

III. POR GOVERNOS DEMOCRÁTICOS NAS PREFEITURAS

No próximo domingo os eleitores de diversas capitais e cidades brasileiras voltam às urnas para o segundo turno das eleições municipais.

Estão em disputa dois projetos diametralmente opostos e o Brasil precisa urgentemente retomar o caminho da democracia, da garantia de direitos e da justiça social.

De um lado, estão os representantes da necropolítica, que produzem fome, retiram direitos, promovem o desemprego, o sucateamento dos serviços públicos e se dirigem às conquistas civilizatórias com ódio e desprezo.

De outro, candidatos que defendem o direito à vida, a busca da justiça e da igualdade social, a geração de emprego e renda, os

serviços públicos de qualidade acessíveis a toda a população e que têm no diálogo o principal pilar da ação política.

A construção de um futuro melhor está em nossas mãos

Na capital, Guilherme Boulos representa a opção de esquerda e progressista frente a um prefeito que governou para setores privilegiados e deixou de resolver demandas concretas do povo paulistano relativamente aos direitos sociais, tais como Educação e Saúde, e outros aspectos da vida na cidade. Trata-se de uma candidatura comprometida com o atendimento das necessidades dos moradores da periferia, das mulheres, da população negra, dos LGBTQIs, dos idosos, das crianças e de todos os grupos sociais vulneráveis da sociedade

Da mesma forma, representam esse compromisso as candidaturas de Elói Pietá, em Guarulhos, José de Filippi Jr, em Diadema, e Marcelo Oliveira em Mauá.

Em nível nacional, é fundamental apoiar a eleição de Edmilson Rodrigues, em Belém-PA, e cerrar fileiras em defesa das candidatas Marília Arraes (Recife) e Manuela D'Ávila (Porto Alegre), que têm sofrido profundos ataques machistas e misóginos.

IV. EM DEFESA DO IAMSPE E DO DIREITO À SAÚDE

Saúde pública de qualidade é direito de todos e dever do Estado.

Em São Paulo, ele é garantido, entre outros, pelo IAMSPE, que é um patrimônio construído pelos servidores públicos ao longo dos anos.

Os sucessivos governos do PSDB em São Paulo negam o direito à Saúde dos servidores públicos e de seus dependentes, na medida em que descumprem a obrigação legal de destinar a cota-parte 2% sobre a folha de pagamento para o custeio e melhoria da estrutura e do atendimento.

Prática, ainda, uma gestão autoritária, sucateia a instituição,

privatiza serviços e, com o PL 529/2020, aprovado por escassa maioria na Alesp mediante vergonhosa compra de votos por meio de emendas parlamentares, aumentou a contribuição dos servidores com idade superior a 59 anos, de 2 para 3% de alíquota.

Ao mesmo tempo, deixa de pagar hospitais, clínicas e laboratórios no interior do estado, fazendo com que estes parem de atender os servidores públicos. Não podemos aceitar!

Queremos mais atendimento de qualidade em todo o estado

A presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel, já solicitou reunião com o superintendente do IAMSPE para tratar da má-qualidade do atendimento oferecido por seu intermédio. O IAMSPE é uma conquista e um direito do povo paulista e é urgente a solução desse problema. É preciso ainda investir em maior descentralização, de modo a desafogar o Hospital do Servidor.

Também já passou da hora do governo do PSDB resolver definitivamente a questão da inclusão dos professores da categoria O, cumprindo o acordo que foi estabelecido em 2013, como resultado da greve de 37 dias.

Gestão democrática e participativa

É fundamental, ainda, assegurar maioria aos trabalhadores nos órgãos de gestão do IAMSPE, de modo que o seu Conselho de Administração seja realmente democrático.

V. CONTRA O CONFISCO NOS SALÁRIOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS E DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS

A APEOESP luta incansavelmente contra o confisco dos aposentados e pensionistas instituído pelo governador João

Secretaria de Comunicação

Doria por meio do Decreto 65.021/2020, a partir do anúncio de um inexistente déficit atuarial na SPPREV.

Em audiência pública virtual da Alesp realizada em 11/11, promovida pela deputada Professora Bebel, presidenta da APEOESP, foi protocolado um ofício assinado pelo Sindicato e mais 24 entidades de servidores estaduais, exigindo explicações detalhadas do governo e da SPPREV sobre a situação da previdência estadual e o déficit propalado pelo Executivo. O documento foi entregue ao governador, ao secretário da Casa Civil, ao secretário de Projetos, Orçamento e Gestão e ao presidente da SPPREV.

Em julho, a APEOESP ajuizou ação coletiva (juntamente com APASE, CPP e AFUSE) contra esse confisco e está também ajuizando ações individuais para os interessados, dispensando, neste caso, o pagamento da taxa de R\$ 80,00. Para contestar com ainda maior precisão o alegado déficit, nosso Sindicato contratou um especialista em gestão previdenciária, um atuário e um escritório de advocacia altamente capacitado.

Frente Parlamentar

Para fortalecer essa luta, está sendo criada na Alesp a Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, que conta o nosso apoio.

Divulgação da luta pelo direito dos aposentados, pensionistas e idosos

Nos próximos dias, atendendo pedidos de aposentados e aposentadas, veicularemos no intervalo do Jornal Nacional, na Rede Globo de Televisão, uma matéria paga para denunciar a toda a sociedade o crime que o governador Doria comete contra esses servidores e servidoras, que já contribuíram durante toda a vida pelo direito à aposentadoria e que agora estão sendo saqueados pelo PSDB.

Assine o manifesto

Um manifesto está disponível para assinaturas no portal da APEOESP contra o confisco e já contava com 14.100 assinaturas até

o fechamento deste Boletim. Para assinar, acesse: http://www.apeoespcadastro.org.br/APW30/w_enquetes/enquete.php?id=372.

VI. VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DOS SERVIDORES DO ESTADO

O governo Doria tem compromisso com a privatização e destruição dos serviços públicos e com a precarização dos servidores do Estado.

A aprovação do PL 529/2020, que extinguiu empresas e órgãos importantes como a CDHU, a SUCEN, o Instituto Florestal, a EMTU, a Fundação Parque Zoológico é parte deste plano macabro de destruição do patrimônio público.

Graças à grande mobilização, todavia, a Fundação Oncocentro, o ITESP, o IMESC e a FURP não foram extintos e também deixou de ser confiscado, pelo projeto, R\$ 1 bilhão das universidades e institutos de pesquisa.

Porém, novos ataques vêm de todos os lados. O governo do Estado, atendendo disposição ilegal do governo federal, por meio da Lei Complementar 173, suspendeu concursos (inclusive a nomeação de aprovados), reajustes e contagem de tempo para quinquênios e sexta-parte.

Por reajuste, contagem de tempo e concurso público já!

A APEOESP segue empenhada na defesa das professoras e professores, e luta junto com as demais entidades representativas dos servidores públicos pela sua valorização. Estão sendo realizadas reuniões na SEDUC para a construção de saídas para essa violação aos direitos dos professores e professoras. Isso inclui a questão do reajuste salarial e aplicação do reajuste do piso salarial profissional nacional, que decorre de mandamento constitucional e não pode ser suspenso por lei ordinária.

Jornada do piso

A APEOESP já oficiou à SEDUC para que cumpra a jornada do piso, porque esta se tornou matéria constitucional e portanto, auto-aplicável. Além disso, solicitou a adequação do módulo aos limites preconizados pela OMS em face da pandemia da Covid-19. Ambos os temas deveriam ter sido tratados na Resolução de Atribuição de Aulas, mas não foram. Tão logo decorra o prazo legal para que a SEDUC se pronuncie, não tomando as providências necessárias, a APEOESP ingressará com medida judicial para que a lei seja cumprida.

Campanha salarial

Para detalhamento de nossa campanha salarial, será convocada uma reunião do CER. O CEPES/DIEESE – seção da APEOESP já está providenciando os estudos técnicos para amparar os próximos passos dessa mobilização.

Contratação justa para todos os professores

Vamos também continuar insistindo junto ao secretário da Educação para que envie à Alesp o projeto de lei que institui uma nova forma de contratação para os professores temporários, assegurando os mesmos direitos dos efetivos, como determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação.

VIDAS PRETAS IMPORTAM!

Na véspera do feriado da Consciência Negra, o assassinato de João Alberto Silveira Freitas reacendeu a profunda comoção e irresignação contra o racismo que havia irrompido, no Brasil e no mundo, com a morte de George Floyd, em Minneapolis, nos Estados Unidos.

A luta antirracista é uma luta de todos que desejam a edificação de uma nação justa, próspera e livre de preconceitos. Por isso, a APEOESP se somará aos grupos antirracistas para a realização de atividades e de uma ampla mobilização para enfrentar o racismo estrutural que aflige o Brasil. Enquanto persistir esse flagelo e todas as demais formas de discriminação (em virtude de gênero, origem,

condição física, idade e/ou orientação sexual) o país não poderá se afirmar como verdadeiramente democrático.

Aprovação do PL da Alimentação Escolar Saudável é alento num país que voltou ao mapa da fome

Foi aprovado na noite de 25.11 o PL nº 891/2019, que institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar nas unidades de ensino da rede pública estadual paulista, de autoria da deputada estadual e presidenta da APEOESP Professora Bebel.

A nova lei é um alento num país que voltou, durante o governo Bolsonaro, a figurar no mapa mundial da fome.

Se no início o propósito era edificar uma política de Estado orientada a promover uma alimentação escolar nutritiva, saborosa e com maior presença de gêneros oriundos da agricultura familiar e orgânica, inscrevendo, ainda, o tema no interior da política pedagógica, hoje a alimentação escolar adquiriu outro significado: ela deve lidar com as centenas de milhares de estudantes estão em situação de profunda insegurança alimentar e nutricional. Trata-se, por isso, de uma importante vitória, fruto de muita discussão e de muita articulação, pelo bem das nossas crianças e adolescentes.

